

Escolas trocam o locaute por negociações

Os proprietários de estabelecimentos particulares de ensino de Brasília, reunidos ontem a partir das 22h, acenavam com a possibilidade de encerrar o movimento de paralisação de suas atividades, iniciado na sexta-feira passada, depois que os donos de escolas reuniram-se no Palácio do Buriti com representantes do GDF e obtiveram a confirmação de que pedidos para análise de processos de correção de defasagem nos preços de determinadas mensalidades serão apreciados em caráter urgente pelo Conselho de Educação do DF.

Desta forma, o movimento dos proprietários caminhava para um final muito semelhante ao seu começo: um recurso de claras conotações políticas destinado a colocar o governo diante de um impasse, com as escolas fechadas e pais de alunos pressionando por uma solução urgente. O compromisso do Conselho de Educação, anunciado ontem no final da tarde, independia de qualquer paralisação, pois o artigo 3º do Decreto 532/69 dá ao CEDF poder para rever preços de mensalidades — simplesmente nenhuma escola solicitou tais revisões porque não se dispôs a isso.

Os diretores das escolas privadas

Torre de TV recebe alunos em ato público

Hoje, às 9h30, o movimento SOS Educação estará promovendo uma manifestação na torre de TV. Esta é a primeira organizada pelo grupo, que está atuando efetivamente, há três meses. A concentração será formada por diversas passeatas que se deslocarão dos vários colégios do DF. Segundo Cynthia Denise Garda, participante do movimento, a intenção é mobilizar a classe estudantil para se tornar forte e exercer pressão junto ao Governo.

Segundo Cynthia Denise, o SOS Educação surgiu da vontade de um grupo de estudantes dos vários estabelecimentos de ensino do DF, não possui vínculo partidário ou com qualquer outra entidade da classe. "Vamos mostrar que o estudante brasiliense não está parado como vem sendo dito por aí", disse.

Na manifestação de hoje, na torre de TV, o SOS Educação levará à aprovação da assembleia um manifesto que, se aprovado, passará a ser pauta de reivindicação. Para Cynthia, "é preciso uma total revisão no processo educacional do País". Conforme afirmou, os estudantes vão ainda protestar contra o locaute das escolas particulares e contra a greve dos professores da rede oficial que está para vir.

UMESB

O presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (Umesb), Wagner Borges Oliveira, protestou contra a solidariedade dos donos das escolas particulares que decidiram fechar as portas dos estabelecimentos de ensino, em protesto contra a prisão dos donos do Colégio Minas Gerais, José Rio de Abreu e Antônio César de Abreu. "Esta paralisação foi o pretexto encontrado pelos diretores para pressionar a revogação da Portaria 140, do Ministério da Fazenda, que suspendeu a liberdade vigiada", afirmou.

Segundo Oliveira, os diretores de escolas particulares querem que o Ministério da Fazenda mantenha a liberdade vigiada para "aumentarem aleatoriamente as mensalidades escolares".

optaram por interromper as aulas, mesmo podendo antes entrar com os processos de revisão. Desde o início do movimento, deflagrado em protesto pela prisão do proprietário do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu, os donos alegam que a liminar da Justiça Federal limitando os reajustes das mensalidades não esclarecia suficientemente a questão, além de assegurarem que muitos colégios estão com seus preços defasados em relação à inflação.

No entanto, até às 16h de ontem, o juiz Fagundes de Deus, autor da liminar expedida pela 3ª Vara de Justiça Federal, não havia recebido qualquer petição do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe) solicitando sua participação no processo. Na última segunda-feira, o presidente do Sinepe, Jaime Zveiter, mostrou-se disposto a ingressar com a petição para obter esclarecimentos sobre a liminar que, segundo os diretores, daria margem a diferentes interpretações.

Até às 22h30 de ontem, uma decisão das escolas particulares não havia sido formalizada. Cogitava-se, inclusive, da suspensão do movimento somente a partir de amanhã, já que, conforme fora anunciado, Jaime Zveiter deveria depor hoje no

inquérito instaurado pela Polícia Federal porque ele e o proprietário do Minas Gerais teriam incentivado o descumprimento da medida liminar.

SEM ÔNUS

A reposição das aulas não ministradas pelas escolas não poderá representar ônus para os pais de alunos, informou o presidente do Conselho de Educação do DF, Gildo Villadino. Somente as escolas privadas deverão arcar com as despesas da reposição, segundo Villadino. Os pais, no entanto, deverão pagar as mensalidades normalmente no final do mês, uma vez que estão pagando por 180 dias de aulas, como determina a lei, e as escolas têm o compromisso de repor os dias parados.

Resta discutir como será a reposição, já que muitos pais de alunos demonstraram que não aprovam as aulas aos sábados. A lei é clara quando estabelece 180 dias letivos e não a carga horária a ser ministrada pelas escolas. Desta forma, os estabelecimentos de ensino deverão repor cada dia parado, explicou o presidente do Conselho de Educação do DF.

Conselho decide sobre mensalidade defasada

O Conselho de Educação do DF decidiu ontem, em reunião extraordinária realizada no final da tarde, solicitar à Comissão de Encargos Educacionais estudos para acelerar a análise dos processos de correção de defasagem que forem encaminhados pelas escolas particulares. A Comissão de Encargos se reunirá às 14h de hoje na sede do Conselho de Educação. A decisão do Conselho atende ao pedido formulado pelos diretores de escolas, para integrar comissão encarregada de dialogar com os representantes dos estabelecimentos particulares de ensino, visando o retorno às aulas.

Apesar de a liminar da 3ª Vara da Justiça Federal, que deu competência aos conselhos estaduais de educação para fixar os reajustes das mensalidades, permitir o pedido de correção de defasagem pelas escolas insatisfeitas, até agora nenhum pedido foi encaminhado ao Conselho de Educação do DF. Os diretores das escolas privadas só lembraram que o pedido de correção é facultado aos estabelecimentos particulares de ensino, três dias após a paralisação das aulas.

O fato foi criticado ontem pelo presidente da União Metropolitana

dos Estudantes Secundaristas (Umesb), Donizete Moura de Jesus. Ao final da reunião do Conselho, Donizette ainda criticou o encontro: "Eles discutiram muito, mas não resolveram o locaute", ironizou.

Durante a reunião, a conselheira Clélia Capanema, integrante da Comissão, fez um relato do encontro realizado pela manhã entre os conselheiros e os representantes das escolas privadas. Foram quatro horas de reunião, onde os donos dos estabelecimentos de ensino reiteraram que a paralisação não é consequência da prisão do diretor do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu.

Eles alegaram que vêm sendo desrespeitados, e solicitaram a agilização das análises dos processos de correção de defasagem, que ainda não foram enviados ao Conselho de Educação. Para tanto a Comissão de Encargos Educacionais deverá elaborar hoje uma fórmula, de acordo com o que está estabelecido na liminar da 3ª Vara da Justiça Federal.

Conforme o consultor jurídico do DF, José Milton Ferreira, o Conselho de Educação tem poder para rever os preços cobrados pelas escolas que alegam defasagem nos custos.

VALDO CAVALCANTE



Gildo Villadino, do Conselho de Educação: sinal aberto para negociação